

# **EDUCAÇÃO: principal preocupação das organizações negras brasileiras pós-abolição**

*Jurandir de Almeida Araújo<sup>1</sup>*

## **Resumo**

O presente artigo, parte constitutiva de um estudo mais amplo sobre a atuação das organizações negras baianas no campo da educação, tem como pretensão uma breve reflexão acerca da movimentação da população negra brasileira e suas organizações nas ações/reivindicações por educação formal após o fim do sistema escravista no Brasil. Graças à atuação das diversas e diferentes organizações negras, que ao longo da história têm lutado pelos direitos negados aos negros, podemos contar hoje com políticas de ação afirmativa, principalmente, na área educacional aonde as principais mudanças vêm acontecendo.

**Palavras-chave:** Associações Benéficas. Educação. Imprensa Negra. Organizações Negras.

## **Abstract**

This article, a constitutive part of a larger study on the performance of organizations black Bahia in the field of education, is a brief reflection on pretense of movement of black people and their organizations in the actions / claims of formal education after the end of the slave system in Brazil. Thanks to the action of several different black organizations, which throughout history have fought for the rights denied to blacks, we can count today with affirmative action policies, especially in education where major changes are happening.

**Keywords:** Charitable Associations. Education. Black Press. Black organizations.

## **Introdução**

Após a Abolição da escravidão os negros brasileiros continuaram sem nenhuma perspectiva de uma vida melhor, conquistaram a tão sonhada e desejada liberdade, mas permaneceram subjugados e a mercês da vontade dos seus antigos opressores – os brancos.

---

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia (UNEB). Mestrado em Educação (UNEB).

Segundo Fernandes (2008, p. 120, grifo do autor), “num momento de transição, o ‘negro’ teve de tomar consciência de si para si, como categoria racial, para se afirmar socialmente e se projetar de novo na história, na condição afetiva de *homem livre*”. Reelaboraram suas antigas formas de lutas e resistências e foram em busca do seu lugar na sociedade.

Livrar-se da condição de escravizados, a que foram submetidos, foi um trabalho árduo que durou mais de três séculos. Da mesma forma, árdua tem sido a luta para ter uma vida digna, principalmente, para ter acesso ao sistema escolar, a uma educação pública, democrática e de qualidade, que atenda as suas demandas e interesses. Luta essa que se faz presente na movimentação dos negros e suas organizações desde final do século XIX.

O descaso e a omissão do Estado e da sociedade brasileira para com a população negra levaram os negros a se organizarem coletivamente para encontrarem meios de saírem da situação subalterna e marginal em que se encontravam e ainda se encontram no país. Como ressalta Fernandes (2008), a situação de miséria, o tratamento diferenciado e o isolamento provocou na população negra um doloroso processo de autoafirmação e de protesto que projetou os negros no cenário histórico como agentes de reivindicações econômicas, sociais e políticas próprias.

As ações e reivindicações das organizações negras brasileiras pela inclusão dos negros na vida social, econômica, política, cultural, em particular, no sistema de ensino formal, demonstram que, mesmo encontrando-se as margens da sociedade, os negros acompanharam e influenciaram no processo de desenvolvimento do Brasil (CRUZ, 2008).

As diversas e diferentes organizações negras brasileiras, que surgem após o fim do sistema escravista, colocaram a educação como meta de suas ações e reivindicações, por acreditarem ser a educação uma das condições fundamentais para os negros ascenderem: social, cultural e economicamente. Domingues (2008, p. 06) salienta que: “acreditava-se que os negros, na medida em que progredissem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A educação teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo”. Por outras palavras, a educação seria um dos meios pelo qual os negros seriam incluídos na sociedade e de torná-los cidadãos, assim como de acabar com as desigualdades sociais e raciais existentes no Brasil.

No entanto, para a Militante e Professora, Doutora em Educação, Ana Célia da Silva<sup>1</sup>, a expectativa da educação como forma de respeito e reconhecimento na sociedade não

---

<sup>1</sup> Ponderações feitas durante exame de qualificação de mestrado do autor, em jul./2012.

ocorreu, “em grande parte, devido à construção e expansão pelas mídias escritas, jornalísticas, televisivas, dos estereótipos e da representação negativa sobre o povo negro”. Pondera ainda que: “por sua vez o movimento negro não leva ainda, em parte, a ação desses estereótipos e representações negativas como uma das principais estratégias do racismo para recalcar a autoestima e a identidade étnico-racial e a consequente dificuldade de mobilização política” da população negra brasileira.

A educação como sinônimo de instrução ou escolaridade sempre esteve na agenda de ações das organizações negras desde suas primeiras reivindicações no final do século XIX e início do século XX (SANTOS, 2007). A educação sempre ocupou lugar de destaque no ideário de luta da população negra brasileira, afirma Gonçalves (2010). Ainda de acordo com o referido autor, a educação,

ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio do qual os negros aprenderia a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direitos à diferença e respeito humanos (GONÇALVES, 2010, p. 337).

Assim, para alcançar seus objetivos, já que o Estado não cumpria com sua obrigação de oferecer a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros o acesso à educação formal, diferentes organizações negras, que surgem no decorrer do século XX, passam a investir e direcionar parte de suas ações para o campo educacional. Ou seja, passam a colocar em práticas diversas iniciativas de alfabetização dos negros, mas sem deixar de lado a reivindicação por uma educação pública, democrática e de qualidade. A esse respeito, Pereira (2008, p. 45) salienta que além de combater o racismo, essas organizações sempre se esforçaram em educar a população negra, “a começar por seus próprios militantes”.

Corroborando com o pensamento de Pereira, Domingues (2008, p. 16) ressalta que: “com a fundação de uma escola, o negro tomou para si a tarefa de educar seus pares”. Tarefa essa que, mesmo com a democratização e processo de universalização da educação básica, ainda é parte das ações das organizações negras brasileiras nos dias de hoje, visto que, a escola ainda não oferece uma educação que atenda as demandas e interesses dos grupos menos favorecidos, oprimidos e marginalizados, a exemplo dos negros e dos indígenas.

Com base nos estudos de Fernandes (2008), Domingues (2008), Santos (2007), entre outros, pode afirmar-se que a educação tem sido a principal preocupação das organizações

negras brasileiras que surgem pós-abolição, de tal modo que “é uma das áreas em que figura o maior número de experiências concretas e de produção teórica no espaço de trabalhos implementados pelo Movimento Negro contemporâneo”, afirma Silva (2001, p. 65).

Complementando a afirmação de Silva, Gomes (2011, p. 134) ressalta que: “a ação do movimento negro brasileiro por meio das suas diversas entidades tem sido marcada por uma perspectiva educacional aguçada, explicitada nas suas diversas ações, projetos e propostas”. Projetos os quais, nos últimos anos, são referências na formulação de políticas educacionais na perspectiva multicultural e antirracista.

O presente artigo, parte constitutiva de um estudo mais amplo sobre a atuação das organizações negras baianas no campo da educação no período de 1970 a 1990, sobre a orientação da Professora Dra. Delcele Mascarenhas Queiroz, tem como pretensão uma breve reflexão acerca da movimentação da população negra brasileira e suas organizações nas ações/reivindicações por educação formal, desde o pós-abolição a contemporaneidade. A partir do pressuposto de que estas organizações tem feito o diferencial nas mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira, principalmente, no campo educacional, atuando junto ao Estado na formulação e promoção de políticas afirmativas. Embasado nos estudos de autores que discutem a temática, tais como: Araújo (2013), Domingues (2008), Gomes (1997), Gonçalves e Silva (2000), Santos (2007), Silva (2002), entre outros.

O estudo que deu origem a este artigo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, e parte do pressuposto que “o significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida são focos de atenção especial do pesquisador” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 12). Assim, como instrumento para a coleta de dados utilizou-se entrevistas semiestruturadas com militantes/professores de diferentes organizações negras, que atuava na área educacional no período investigado, a fim de colher seus depoimentos sobre as ações das organizações negras baianas na construção e promoção de abordagens educacionais na perspectiva multicultural e antirracista. Também por serem estas partes viva da história dessas organizações. Pois, como salienta Lima (2011, p. 143), “trabalhar a memória de militantes negros e negras significa desvendar caminhos, trajetos e potencialidades de uma parcela influente na história e cultura do país, é contribuir para outra interpretação do que seja a cultura de matriz africana”.

Também, levantamento bibliográfico (teses, dissertações, livros, artigos de periódicos) que trata da temática. E análise documental (projetos desenvolvidos, documentos oficiais, entre outras formas de registros), pois neles constam as intencionalidades e os métodos utilizados durante as atividades e/ou ações específicas das organizações negras que

desenvolvem uma educação na perspectiva multicultural e antirracista no estado baiano. Segundo Quivy e Campenhout (2008, p. 159), “as informações úteis, muitas vezes só podem ser obtidas junto dos elementos que constituem o conjunto”, o que inclui a análise de documentos e as entrevistas semiestruturadas, as quais serviram para a compreensão e solução do problema da pesquisa.

A análise dos dados se deu após ler e reler diversas vezes as entrevistas e da escolha do método de análise. Optou-se pela escolha da Análise de Conteúdo, por ser este um método de análise que “enquanto procedimento de pesquisa, no âmbito de uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção de conhecimento” (FRANCO, 2008, p. 10). De posse do material de análise e escolhido o método de análise dos dados, iniciou-se a construção das categorias de análise. Inicialmente fez-se uma pré-análise dos dados coletados, elaborando algumas categorias de análise, as quais posteriormente foram reagrupadas, dando origem a novas categorias.

### **O pensar educacional das organizações negras pós-abolição**

Libertos, porém abandonados à própria sorte, a igualdade de oportunidades e de direitos para a população negra era um sonho; enfrentar as discriminações e humilhações era quase que impossível. Diferentes dos imigrantes estrangeiros que tiveram políticas públicas para inserção no mercado de trabalho e na sociedade brasileira, nenhuma política pública foi criada pensando na população negra, que proporcionassem aos negros a oportunidade de melhorarem sua condição de vida (MENEZES, 2006; NASCIMENTO, 2003). Conforme os estudos de Pereira (2008), graças a muita tenacidade, alcançou-se um grau de consciência e organização no meio negro que permitiu aos ex-escravizados reelaborarem novas formas de expressar sua inconformidade diante da situação marginal em que se encontravam na sociedade brasileira, assim como os seus interesses de mudanças.

Inicialmente, foi por meio das associações beneficentes e recreativas negras que a população negra brasileira passa a ter a oportunidade de acesso a uma vida social e cultural que lhes era negada na sociedade branca e racista, assim como de expressar seu inconformismo diante da situação marginal em que se encontrava no Brasil.

Sem entrar em confronto com os brancos, os negros por meio das suas associações passam a desenvolver mecanismos de combate à discriminação étnico-racial, de valorização e inserção da população negra no convívio social, econômico, político e educacional do país. Como observa Fernandes (2008, p. 10), “o negro e o mulato”, diante dos problemas, ignorados ou negligenciados pelo Estado, pelos quais passavam na sociedade brasileira, “chamaram a si duas tarefas históricas: de desencadear no Brasil a modernização do sistema de relações étnico-raciais; e de provar, praticamente, que os homens precisam se identificar, de maneira íntegra e consciente, com os valores que encarnam a ordem legal escolhida”.

Em paralelo às associações beneficentes e recreativas dos negros surge a Imprensa Negra Brasileira – jornais informativos independentes, mantidos e publicados pelos próprios negros –, que serviu com espaço de manifestação literária, cultural, social e política. Também como instrumento de denúncia à discriminação étnico-racial e as práticas racistas, no campo da saúde, do trabalho, da educação, da moradia, do lazer e, também, da violência policial no cotidiano da população negra. A imprensa negra foi o primeiro instrumento construído e utilizado como porta voz de grupos negros que se organizavam para denunciar a situação marginal em que a população negra se encontrava no país, assim como para reivindicar direitos (SILVA, 2002). Pode-se dizer que a imprensa negra foi um importante instrumento de ação contra a discriminação e pela conquista de direitos negados aos negros.

Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 258) salientam que: “à medida que a comunidade negra se organizava, cresciam a demanda por jornais que dessem conta das suas atividades e reivindicações”. Assim, por meio dos jornais negros a população negra brasileira mantinha-se informada do que acontecia no meio social negro e na sociedade como um todo.

O primeiro jornal direcionado à população negra surge em 1910, em Campinas, São Paulo, e se chamava O Bandeirante. Posteriormente, em 1915, na capital paulista, é fundado O Menelike, e assim, por todo o país, vão surgindo jornais escritos e dirigidos por negros e para negros. Uma das características desses jornais da imprensa negra é que eles sobreviviam apenas dos poucos e escassos recursos doados pela comunidade negra, sobretudo, do financiamento dos seus próprios idealizadores, e devido à falta de recursos financeiros, não havia, na maioria desses jornais, uma regularidade na publicação. Alguns dos seus responsáveis tiravam do próprio bolso para que saíssem com alguma regularidade (MOURA, 1980; MUNANGA; GOMES, 2006). “Do ponto de vista organizacional e financeiro, esses jornais eram muito fracos. A sua força estava na difusão das suas ideias no meio negro”, observa Moura (1980, p. 152).

Inicialmente, os jornais da imprensa negra divulgavam apenas informações sobre acontecimentos sociais nas comunidades negras, tais como: casamentos, batizados, falecimentos, festas recreativas, campeonatos esportivos, entre outros, e texto literários. Só posteriormente, passam a ter uma conotação reivindicatória. Para Souza (2006, p. 27), “os periódicos filiam-se a uma tendência, tímida e ainda pouco estudada, de tematizar as dificuldades encontradas pelos afro-descendentes para desfrutarem o direito à cidadania na sociedade brasileira”.

Conforme os estudos de Santos (2007), é a partir do início da década de 1920 que os jornais da imprensa negra, além de divulgar os acontecimentos sociais, passaram a divulgar assuntos de natureza social, político e econômica, principalmente, os de natureza políticos. Em outras palavras, passam a discutir as problemáticas sociais pelas quais a população negra vinha passando desde o fim do sistema escravocrata, colocando em evidência a questão étnico-racial, e por meio de denúncias, protestos e reivindicações passam a combater a discriminação étnico-racial.

Assim, torna-se mais frequente nos jornais da imprensa negra a denúncia de discriminação étnico-racial, da violência policial contra pessoas negras. No entanto, ao abordar o assunto, recorriam a diversos artifícios de linguagem (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006), uma vez que, se fossem categóricos, na exposição dos fatos e/ou nas críticas à marginalização a que estava sujeitada a população negra, corriam o risco de serem perseguidos e massacrados pelos detentores do poder – a elite branca e racista.

De acordo com os estudos de Nascimento (2008, p. 100), nesse novo momento da imprensa negra brasileira o jornal o Clarim da Alvorada, fundado por Jayme Aguiar e José Correia e Leite, “reergue a memória das lutas dos antepassados e convoca a comunidade [negra] a organizar-se para dar continuidade a elas”. Saber ler e escrever torna-se matéria obrigatória, por acreditar que por meio da educação os negros conseguiram ter uma situação econômica estável, assim como a capacidade de interpretar as leis e fazer valer seus direitos.

Os jornais da imprensa negra, ao mesmo tempo em que serviam como espaço informativo do que acontecia no meio social negro e na sociedade, como veículo de protesto e de denúncia da desigualdade social existente entre brancos e negros, também serviam como meio de repreender os próprios negros que se comportassem fora das normas de condutas aceitas pela sociedade branca. Ou seja, os negros/as que demonstrassem costumes e/ou condutas tidas como desviantes dos padrões de vida em sociedade eram duramente repreendidos pelos jornais negros. Segundo Gonçalves e Silva (2000, p. 141):

Como se dirigiam a um grupo que se distinguia no interior da comunidade negra, ou seja, um grupo do qual poderiam emergir lideranças, os jornais não poupavam críticas ao comportamento da maioria da comunidade. Por exemplo, atribuíam, às vezes, aos próprios negros a responsabilidade pela precária situação educacional da comunidade negra.

O Candomblé, a Capoeira, o Samba, o alcoolismo e a vadiagem eram duramente recriminados pelos jornais da imprensa negra. De acordo com Nascimento (2008, p. 99), esses jornais “fazia um apelo à moralidade e à dignidade nas relações sociais”. Na mesma direção, Gonçalves e Silva (2000, p. 140) salientam que: “os jornais negros buscavam tocar a comunidade negra no âmago. Por vezes a linguagem era de tal forma contundente que funcionava como uma espécie de crítica aos comportamentos no meio negro, considerados negativos à causa negra”. Corroborando com as afirmações de Nascimento e de Gonçalves e Silva, Cruz (2008, p. 40) ressalta que:

Podemos afirmar que a Imprensa Negra teve caráter educativo, pois disseminava na sociedade da época conhecimentos que vinham contrapor a ideologia racista, trazendo mensagens de luta e reação ao preconceito racial, buscando ainda incentivar a população afro-brasileira a se unir e buscar a instrução visando ampliar as suas possibilidades de inserção no mundo moderno.

Ou seja, uma das bandeiras levantada pelos negros e pela imprensa negra era o incentivo a educação, pois, acreditava-se que era por meio desta que a população negra conseguira melhorar sua condição de vida. A esse respeito, Santos (2007, p. 71) observa que:

Considerando a educação formal como, no mínimo, uma condição necessária para superação da situação precária em que a maioria esmagadora da população negra se encontrava no pós-abolição, ou melhor, considerando a educação como um valor primordial, não era surpresa encontrar vários jornais da Imprensa Negra do início do século XX defendendo e estimulando a necessidade de aquisição de instrução formal.

Complementando a observação de Santos, Gonçalves e Silva (2000, p. 141) assinalam que os jornais da imprensa negra:

para aumentar o índice de escolarização da população negra, via como importante ponto de partida inculcar nos indivíduos a idéia de que a educação é um capital cultural de que os negros precisavam para enfrentar a competição com os brancos, principalmente com os estrangeiros.

Nesses jornais, artigos salientavam a importância do estudo para a inserção no mercado de trabalho; anúncios divulgavam as escolas ligadas às entidades negras; mensagens eram escritas incentivando os pais a encaminharem seus filhos à escola, e os adultos a iniciarem ou completarem o curso de alfabetização (GONÇALVES e SILVA, 2000). Acreditava-se que para sair da condição marginal em que os negros se encontravam na sociedade brasileira era necessário que fossem alfabetizados.

Os jornais da imprensa negra tiveram caráter educativo, pois disseminavam conhecimentos que se contrapunham “a ideologia racista, trazendo mensagens de luta e reação ao preconceito racial, buscando ainda incentivar a população afro-brasileira a se unir e buscar a instrução visando ampliar as suas possibilidades de inserção no mundo moderno”, afirma Cruz (2008, p. 40). Em outras palavras, incentivava os negros a buscarem, por meio da educação, o seu lugar na sociedade brasileira.

A educação era vista, pelas associações negras e sua imprensa, como principal meio para elevar os negros à condição de cidadãos. De acordo com Domingues (2008, p. 02), “as associações negras que floresceram nas primeiras décadas do século XX vislumbravam, na educação, senão a solução, pelos menos um pré-requisito indispensável para a resolução dos problemas da ‘gente de cor’ na sociedade brasileira”. Assim, em meios as suas outras atividades a educação tinha lugar de destaque nas associações beneficentes e nos jornais da imprensa negra. Saber ler e escrever era um objetivo a ser alcançado, e para isso, além de incentivar veemente que os negros se alfabetizassem, criaram escolas com tal missão.

Contudo, como observa Gonçalves (2010), é preciso ressaltar que essas organizações não eram exclusivamente educacionais, mas entidades beneficentes onde assistência social e educação caminhavam juntas.

Não muito diferente das associações beneficentes e da imprensa negra, a Frente Negra Brasileira – FNB, criada em São Paulo, em 16 de setembro de 1931, por Arlindo Veiga dos Santos e outros, direcionava suas ações para a área da assistência social, recreativa e educacional. Assim como as organizações negras anteriores, a FNB acreditava que os negros só conseguiriam vencer na vida por meio da educação. No entanto, o que a diferenciava das organizações negras anteriores era o fato de que ela iniciou uma nova forma dos negros se movimentarem em torno das questões referentes às relações étnico-raciais e da situação marginal em que se encontravam na sociedade brasileira, isto é, suas reivindicações passam a

ser no campo político. Fato esse que a torna na primeira organização negra de caráter político no Brasil.

A primeira frente de ação da FNB localizava-se na educação e a segunda nos direitos de cidadania, e acreditava que a educação seria o meio pelo qual os negros ascenderiam socialmente, assim como de acabar com a discriminação étnico-racial contra estes na sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2003, 2008; SOUZA, 2006). Segundo Domingues (2008), as lideranças da FNB difundiam a ideia de que a educação era o principal ou um dos principais meios dos negros vencerem na vida, ou no mínimo obterem as mesmas oportunidades sociais, econômicas, políticas e culturais dos brancos.

Corroborando com a afirmação de Domingues, Munanga e Gomes (2006) assinalam que a educação era vista pela FNB como condição necessária para os negros ingressarem no mercado trabalho, na política e no conhecimento e defesa de seus direitos civis. Assim, ofereceu aos seus filiados “apoio moral”, intelectual e profissional, abriu escolas, mediou contratações e questões que envolviam o mercado de trabalho, entre outras ações.

Os diversos núcleos que se espalharam por todo o país, em estados como: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, entre outros, seguiram os mesmos princípios ideológicos e as mesmas estratégias políticas da Frente Negra Paulistana. Ou seja, tinha a educação como mola propulsora para os negros saírem do lugar marginal em que se encontravam na sociedade brasileira. Para Domingues (2008, p. 06), “o conceito de educação articulado pela entidade [FNB] era amplo, compreendendo tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo”. Acrescenta ainda que “a palavra educação era usada frequentemente com esses dois sentidos. Já a palavra instrução tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização” (DOMINGUES, 2008, p. 06).

Forçadas a se calar durante o período denominado de Estado Novo (1936 – 1945), as organizações negras ressurgem no cenário político e social brasileiro em 1943, com a criação da União dos Homens de Cor – UHC, em Porto Alegre. A qual por meio da imprensa negra, da assistência médica, jurídica, educacional e nas campanhas eleitorais suscita o debate acerca da situação de descaso em que os negros se encontravam no país.

Assim como a UHC, outro movimento que emerge no cenário social do Brasil na década de 1940, e impulsiona as discussões acerca das questões étnico-raciais, é o Teatro Experimental do Negro – TEN. O qual, em concordância como as organizações negras anteriores, considerava a educação com prioridade de ação para os negros saírem do lugar

marginal em que se encontravam. O TEN identificava a inferiorização cultural e o alijamento do sistema de ensino como um dos principais elementos de opressão, assim, por meio das suas ações buscou a reabilitação da herança e da identidade africana e afro-brasileira (NASCIMENTO, 2003, 2008).

Fundado e dirigido por Abdias do Nascimento, no ano 1944, na cidade do Rio de Janeiro, o TEN tinha como principal objetivo formar e inserir atores e atrizes negras nas artes cênicas brasileiras. No entanto, sua ação não estava restrita somente a valorização da cultura negra, mas também na área dos direitos civis, reclamando do Estado à criação de uma legislação anti-discriminatória para o país (DOMINGUES, 2007). As questões da população negra eram discutidas em todas as dimensões: social, econômica, política e educacional.

Para alcançar seus objetivos o TEN colocou “no centro dos debates, questões muito práticas, tais como os direitos dos negros, a democratização do sistema político, a abertura do mercado de trabalho, o acesso dos negros à educação e à cultura e à elaboração de leis anti-racista” (GONÇALVES; SILVA, 2006, p. 83). Assim como “buscou desmascarar a hipocrisia racial brasileira, especialmente na área cultural, que praticamente não contratava nem formava artistas negros como protagonistas, ao contrário, os excluía”, ressalta Santos (2007, p. 87).

Juntamente com suas outras atividades teatrais e de reivindicações, o TEN desenvolvia projetos educativos direcionados a população negra e outros sujeitos em situação igual ou parecida a dos negros. Conforme o estudo de Nascimento (2008, p. 122), “as primeiras atividades foram cursos de alfabetização, em que se inscreviam favelados, operários, empregadas domésticas e outras pessoas de origem humildes”. Contudo, nesses cursos não se ensinava apenas ler e escrever, codificar e reproduzir a escrita ou identificar palavras, mas também se estimulava à reflexão crítica e questionadora a dominação social e étnico-racial a que a população negra estava submetida, bem como para incentivar os negros a se tornarem sujeitos do seu destino.

Segundo Santos (2007, p.89), era uma educação comprometida que “possibilitava ‘ler a realidade’ sócio-racial a partir de uma consciência crítica, reflexiva, posicionada, entre outras características, visando à transformação das relações raciais brasileiras”. Ainda de acordo com o referido autor, o TEN “organizou ou patrocinou vários congressos e conferências nacionais, entre outros eventos, que possibilitaram aos negros refletir sobre a questão racial e a sua marginalização na sociedade brasileira, ante o racismo e a discriminação racial a que foram submetidos” (SANTOS, 2007, p. 90).

A partir da experiência do TEN surgiram, em várias partes do país, entidades negras de caráter teatral, utilizando-se do teatro como um dos meios de ação para intervir na estrutura racista da sociedade brasileira (SILVA, 2002). O TEN, também, teve forte influência nos eventos que se sucederam nas décadas de 1970 e 1980, quando ressurgem no cenário nacional diferentes organizações negras, muitas das quais se unem para formar o Movimento Negro Unificado – MNU (GONÇALVES; SILVA, 2006), e de forma mais aguerrida passam a reivindicar do Estado e da sociedade brasileira os espaços historicamente negados aos grupos menos favorecidos e estigmatizados, a exemplo de negros e de indígenas.

Conforme Kabengele Munanga, no prefácio do livro de Jacques d'Adesky (2009, p. 15), “Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil”, a consciência antirracista das organizações negras brasileiras até a década de 1970, quando estas ressurgem no cenário político e social do país, denunciando e propondo uma ação antirracista diferencialista, era um antirracismo universalista que “pleiteava a integração igualitária dos negros na cultura hegemônica dominada pelos brancos sem considerar suas diferenças étnico-raciais, culturais, históricas, passado e presente, baseando-se somente na humanidade abstrata do individualismo universal”. Em outras palavras, tendo a cultura dos dominantes como modelo a ser seguido.

Corroborando com o pensamento de Munanga, d'Adesky (2009, p. 152) afirma que: “a Frente Negra, lançada em 1931 pela diminuta classe média negra de São Paulo, defendia a integração do negro à sociedade brasileira por via da formação escolar e da rejeição dos valores negro-africanos”. Afirma ainda que: “a luta organizada contra o racismo que nasce em 1945, a partir da primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro, também não escapa dessa europeização” (D'ADESKY, 2009, p. 152).

Contudo, existem estudos, como os de Silva (2007a), Gonçalves e Silva (2006), Santos (2007), entre outros, que assinalam que no intervalo da década de 1940 e 1970 houve uma movimentação dos militantes negros em promover eventos que discutissem sobre a necessidade de se criar políticas diferenciadas para população negra. O TEN foi uma das organizações negras que mais se empenhou em promover esse debate. Debate que serviu de base para as reivindicações das organizações negras que emergem a partir da década de 1970, e para as ações que foram promovidas a partir dessa nova forma de atuação dessas organizações, desse novo lugar que começam a ocupar na sociedade e junto ao Estado brasileiro. Nessa direção, Silva (2007a, p. 123) salienta que: “os movimentos sociais negros oriundos do período pós quarenta e cinco foram os grandes responsáveis por trazer a público,

grande parte das reivindicações por políticas diferenciadas para afro-brasileiros”. Ou seja, as organizações negras que surgem a partir da década de 1945 colocaram na pauta de suas reivindicações a necessidade de políticas diferenciadas para que os negros tenham acesso e possam permanecer na escola com êxito.

Portanto, como podemos perceber, pós-abolição, por todo o Brasil, diferentes organizações negras passam a por em práticas diversas iniciativas de escolarização dos negros, um meio de incluí-los socialmente e torná-los cidadãos, mas é a partir de 1945 que as organizações negras brasileiras trazem para a discussão a necessidades de políticas diferenciadas para a população negra no país (ARAÚJO, 2013).

É nessa perspectiva de uma educação diferenciada que, desde 1945, diversos encontros vêm sendo organizados pelas organizações negras nacionais, regionais, estaduais e locais, para discutir e pensar a educação dos negros na perspectiva multicultural e antirracista. Dentre esses encontros destaca-se o VIII Encontro de Negros do Norte e Nordeste, em 1988, onde se desenvolveu um amplo trabalho no sentido da construção de uma educação diferenciada para a população negra, e culminou com a publicação histórica do volume “O Negro e a Educação”. Volume que conjuntamente com as ações paralelas desenvolvidas pelas organizações negras junto às escolas, aos alunos e professores, “contribuiu para que fosse instituído o tema ‘Pluralidade Cultural e Educação’, ainda que no momento como tema transversal, no Ensino Fundamental, em todos os seus ciclos” (SILVA, 2011, p. 134).

Assim, a partir de 1945, além de continuar promovendo cursos de alfabetização para a população negra, as organizações negras brasileiras passam a colocar na pauta de suas reivindicações a necessidades de políticas diferenciadas para os negros no acesso aos espaços socialmente mais valorizados, em particular, ao acesso e permanência destes na escola. No entanto, como veremos a seguir, na década de 1960 o país sofre um golpe de estado e passa a ser governado por um regime militar, o qual, assim como no período denominado de Estado Novo, reprimiu todo e qualquer tipo de organização ou manifestação social ou política.

### **Os avanços e conquistas pós-ditadura militar**

Com o regime militar (1964) o Movimento Negro, como os demais movimentos sociais, é desarticulado. Desmobilizado fica um longo período agindo de forma camuflada. Seu ressurgimento, no cenário político e social brasileiro, se dá no contexto das lutas contra a

ditadura militar, quando diferentes organizações negras brasileiras juntam-se, no dia 7 de julho de 1978, durante um ato de protesto e resistência à discriminação étnico-racial e a violência policial, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, com a participação de mais 2.000 mil pessoas, em sua maioria negra, e lançam o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial – MUCDR, posteriormente simplificado para Movimento Negro Unificado – MNU.

Segundo Pereira (2008, p. 61), a manifestação nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo não fez apenas história e desencadeou a criação do MNU, mas deu “uma guinada de extrema importância no desenvolvimento do Movimento Negro, na forma como ele passou a ser visto pelos meios de comunicação e pelas demais forças políticas na sociedade brasileira”. Complementado o pensamento de Pereira, Santos (2007, p. 123) afirma que: “o surgimento do MNU também foi o coroamento patente dessa luta politicamente latente de várias entidades negras fundadas no início da década de 1970”.

Com a criação do MNU as questões dos negros passam a ganhar espaço e visibilidade no debate político e social do país, e é, também, quando a sociedade brasileira começa a se mostrar mais sensível à realidade da população negra e suas reivindicações. Segundo Cardoso (2002), a partir da criação do MNU tem-se um novo redimensionamento na militância política e ideológicas das organizações negras brasileiras. Este inicia suas atividades denunciando o racismo, assim como direcionando parte das suas ações no resgate da história e das tradições africanas e afro-brasileiras, estimulando a reconstrução da identidade étnico-racial. A esse respeito, Hasenbalg (2005) observa que foram dois os temas centrais na mobilização deste movimento: à denúncia do racismo e da discriminação étnico-racial no país, e a valorização de uma identidade étnico-racial positiva.

Para Santos (2007, p. 129), “na fase pós 1978, o discurso hegemônico entre as entidades dos Movimentos Negros era o simbolizado pelo MNU, que, com seu viés esquerdizante ou, se se quiser, de raça e classe, criticava duramente a sociedade capitalista brasileira”. Pode-se dizer que o MNU “foi o grande responsável pela mudança de paradigma no âmbito das relações raciais no Brasil, mais concretamente na disseminação popular de que o racismo continua a ser uma realidade e na deslegitimação da ideologia que o sustenta: o *mito da democracia racial*” (SANTOS 2009, p. 255, grifo do autor). Mito que por muito tempo fez-se acreditar que não existia racismo no Brasil, e que as relações entre os diferentes grupos étnico-raciais que compõem o país ocorreram de forma pacífica e harmoniosa. Pensamento esse que ainda se faz presente no imaginário popular brasileiro.

Mesmo diferentes organizações negras brasileiras, estudos e pesquisas acadêmicas e de órgãos governamentais e não governamentais terem comprovado a existência do racismo, muita gente, independente de pertencimento étnico-racial, ainda acredita que não existe racismo no país e sim preconceito de ordem social. No Brasil, as pessoas sentem-se ofendidas se suas atitudes e/ou posturas forem apontadas como racistas ou preconceituosas. Neste sentido, como observa Silvério (2004, p. 15), “uma das principais consequências da ação do movimento negro tem sido uma profunda erosão na crença de que nós brasileiros vivemos em uma democracia racial e, por conseguinte, uma maior aceitação de que vivemos em um país multiétnico, multirracial”.

Contudo, nas últimas quatro décadas, de forma gradativa, o movimento negro contemporâneo<sup>1</sup>, utilizando-se da sensibilização, das denúncias, de estudos e pesquisas, tem fomentado um intenso debate, em todos os segmentos da sociedade, em particular, no educacional, acerca da realidade histórica da população negra no país. E tem o ano de 1988, centenário da abolição da escravatura no Brasil, como marco nos avanços das discussões acerca da real situação em que os negros se encontram na sociedade brasileira. Ano no qual, segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), a denúncia da existência do racismo ganha destaque em todo o país, com ampla cobertura da mídia escrita, falada e televisiva. Para os autores, citados, “uma das grandes conquistas do movimento negro foi conscientizar uma grande parte da sociedade brasileira em relação à questão racial e convencer o governo a abandonar sua passividade conivente diante das desigualdades raciais” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 294).

Insistentemente as organizações negras brasileiras têm reclamado do Estado e da sociedade brasileira que se posicionem criticamente perante esse mal que tanto prejudica a população negra – o racismo –, e que se faz presente nos diferentes espaços sociais, em particular, no ambiente escolar. E, assim, vêm conseguindo que algumas das suas reivindicações sejam atendidas pelo Estado. A maior parte no campo da educação, em particular, na construção e promoção da educação na perspectiva multicultural e antirracista, isto é, a educação das relações étnico-raciais, como orientam as políticas educacionais vigentes no país. A esse respeito, Gomes (2007, p. 107) afirma que:

---

<sup>1</sup> Entende-se por movimento negro contemporâneo o conjunto e a pluralidade de organizações negras surgidas no país desde a década de 1970 (TRAPP; SILVA, 2010).

Ao destacar e lutar pelo reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira e cobrar mudanças na prática e no currículo escolares o Movimento Negro traz para o debate público diferentes interpretações sobre a diversidade e politiza a existência múltipla, variada e dinâmica da população brasileira.

É graças a esse debate, público e democrático, que os grupos menos favorecidos, em particular, a população negra, têm conseguido do Estado, nos últimos anos, a elaboração de políticas de ação afirmativa<sup>1</sup>, as quais visam minimizar as desigualdades entre os diferentes grupos étnico-raciais e culturais que compõem o povo brasileiro.

As cotas nas universidades para negros e indígenas, a inclusão do tema pluralidade cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); a lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação do ensino fundamental e médio, nas escolas públicas e privadas do país, e sua respectiva diretrizes curriculares que orientam na promoção da educação das relações étnico-raciais; e, mais recentemente, a lei 12.288/10 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, são algumas das conquistas das organizações negras brasileiras na esfera pública.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o protesto negro ressurgiu durante o regime militar de forma triunfal: denuncia o racismo; “desmascara” o mito da democracia racial; cobra do Estado que se posicione diante da situação marginal em que a população negra se encontra no país; desenvolve ações e atividades que contribuem para despertar nos negros a conscientização acerca das suas raízes étnico-raciais e culturais, das verdadeiras causas do seu malogro e da importância da educação; politicamente e ideologicamente bem estruturado e organizado; movimentando-se em torno de questões chave: racismo, cultura e educação; fortalecido pelo coletivismo; e, embasado nas propostas multiculturalistas.

### **Considerações finais**

O Movimento Negro brasileiro, ao longo da sua história, busca reverter a situação de marginalização a que os negros foram e ainda são condicionados na sociedade brasileira. Nas últimas décadas, mesmo com todas as dificuldades, tem conseguido dar visibilidade tanto às suas demandas à sociedade quanto à sua atuação na elaboração de políticas afirmativas de

---

<sup>1</sup> “Conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego” (GOMES, 2001, p. 40).

inclusão, reparação e respeito à diversidade. A pressão deste movimento junto ao Estado e a sociedade brasileira, como um todo, tem surtido efeitos positivos e os resultados são significativos. Na atualidade, em todos os segmentos da sociedade brasileira já se pode vislumbrar mudanças expressivas no campo da valorização dos povos negros e sua cultura, mas é no campo educacional que as principais mudanças vêm acontecendo.

Nos últimas décadas, as organizações que compõem o movimento negro brasileiro têm, de forma ativa e contínua, desenvolvido ações estratégicas para que o Estado e, em particular, as escolas ponham em prática uma educação contemplativa da diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro. Pois, desde o início, no período colonial, sob a responsabilidade dos padres jesuítas, a educação brasileira se encontra estruturada sobre dois eixos: exclusão e abandono dos grupos menos favorecidos, oprimidos e marginalizados.

Graças às ações constantes do movimento negro, que desde as suas primeiras organizações, pós-Abolição, colocou a educação como uma das suas principais metas de ação, já podemos contar com políticas educacionais que nos orientam na promoção de uma educação na perspectiva multicultural e antirracista. Ou seja, uma educação das relações étnico-raciais, como orientam as leis 10.639/03 e 11.645/08 e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais (ARAÚJO, 2013). Neste sentido, como ressalta Gomes (1997), o Movimento Negro brasileiro tem sido o grande protagonista no movimento de renovação do pensamento e da prática educacional no Brasil, contribuindo significativamente para mostrar as desigualdades existentes no sistema de ensino, assim como, para sensibilizar pesquisadores, teóricos e reformadores educacionais a respeito dos aspectos dessas desigualdades.

Por fim, a luta das organizações negras brasileiras pelo direito a educação é antiga e os resultados, embora lentos, são notórios. Nos últimos anos, algumas políticas educacionais, contemplando a diversidade étnica-cultural do povo brasileiro, foram criadas pelo Estado com o objetivo de minimizar as desigualdades existentes no sistema escolar brasileiro, no entanto, há ainda resistência por parte da maioria das escolas e professores em coloca-las em prática.

## **Referências**

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. A influência do Movimento Negro Brasileiro na construção e promoção de uma educação multicultural no país. **Opará - Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, Paulo Afonso, ano 1, vol. 1, p. 24-35, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.uneb.br/revistaopara/educacao-2013-1/>>. Acesso em: 20 set./2013.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizontes: 1978-1998**. Belo Horizontes: Mazza Edições, 2002.

CRUZ, Cristiane Copque da. **Introdução aos Estudos Africanos na Escola: trajetórias de uma luta histórica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online], vol. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação** [online], vol. 13, n. 39, p. 517-534, 2008. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2010.

FERNANDES, Florestan. Os movimentos sociais no "meio negro". In: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era)**. 5 ed., 2 v., São Paulo: Globo, 2008.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. Série pesquisa, v. 6. Brasília: Liber Livro, 2008.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro / São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, vol. 10, nº 18, p. 133-154, abril de 2011.

\_\_\_\_\_. Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 97-109.

\_\_\_\_\_. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, Petronilha Beatriz G; BARBOSA, Lucia M de A. (Orgs). **O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Carlos: UFSCar, 1997. p. 17-30.

GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 325-346.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. ed. 4. Belo Horizontes: Autêntica, 2006.

\_\_\_\_\_. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 109-123, jan./jun. 2003.

\_\_\_\_\_. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº. 15, p. 134-158, Set./Dez. 2000.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

LIMA, Ivan Costa. Nossas persistências históricas: caminhos das pedagogias do movimento negro no Brasil. **SAECULUM**, João Pessoa, n. 25, p. 141-159, jul./ dez. 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Construindo a vida: relações raciais e educação na Bahia. **Cadernos Penesb**, n. 8, dezembro de 2006. p. 98-10.

MOURA, Clóvis. Organizações negras. In: SINGER, Paulo; BRANT, Vinicius Caldeira (Orgs.). **O povo em movimento**. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 1980. p. 143-175.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. IN: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Cultura em Movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008.

\_\_\_\_\_. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizontes: Nandyala, 2008.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 5 ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

SANTOS, Marcio André de O. dos. Políticas negras e democracia no Brasil: reflexões sobre os movimentos negros. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs). **Caminhos convergentes**: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 227-258.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, Ana Célia. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

\_\_\_\_\_. Movimento Negro Brasileiro e sua trajetória para a inclusão da diversidade étnico-racial. **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 11, n. 17, p. 139-151, jan./jun., 2002.

SILVA, Joselina da. Movimento Negro: uma história de resistência pela igualdade racial. In: SANTOS, Ivanir dos; ROCHA, José Geraldo da (Orgs.). **Diversidade & ações afirmativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007a. p. 100-126

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 65-83.

SILVA, Joselina da. Movimento Negro: uma história de resistência pela igualdade racial. In: SANTOS, Ivanir dos; ROCHA, José Geraldo da (Orgs.). **Diversidade & ações afirmativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007a. p. 100-126

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-Descendência em cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.